

AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO DE USO RESTRITO POR COLECIONADORES, ATIRADORES DESPORTIVOS E CAÇADORES

LEGISLAÇÃO DE INTERESSE

[Decreto nº 10.030 - 30 de setembro de 2019](#)

[Portaria nº 136 – 08 de novembro de 2019](#)

[Portaria nº 118 - COLOG, de 4 de outubro de 2019](#)

[Portaria nº 150 - COLOG, de 5 de dezembro de 2019](#)

[ITA nº 10 - DFPC, de 04 de julho 17](#)

[ITA nº 14 –DFPC, de 4 de dezembro de 2017](#)

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. O processo de aquisição de **ARMA DE FOGO** de uso RESTRITO por colecionadores, atiradores desportivos e caçadores, dar-se-á da seguinte forma:

I –Requerimento, com a autorização para aquisição de arma de fogo condicionada ao atendimento do prescrito nos art. 9º ao art. 12 da Portaria 136/2019 e será formalizada pelo despacho do SFPC de vinculação do colecionador, atirador desportivo ou caçador, conforme o [anexo E da Portaria nº 136 – 08 de novembro de 2019](#).

II - Comprovante do pagamento da taxa de aquisições de Produtos Controlados pelo Exército.

Dados para geração da GRU:

	Unidade Gestora(UG)	Gestão	Nome da Unidade	Código de Recolhimento	Nº de Referência	Valor(R\$)
Aquisição	167086	00001	Fundo do Exército	11300-0	2xx41 (xx = Nº Região Militar Ex.: 1ª RM – 01)	25,00

Link para gerar o boleto da GRU ([clique aqui](#))

2. Protocolar a documentação no SFPC da Região Militar de vinculação. [Link SFPC](#). **Informamos que o agendamento para atendimento e entrega da documentação deverá ser verificado diretamente com o SFPC de vinculação.**
3. No caso de tiro desportivo, é necessária a comprovação de que a arma pleiteada está prevista nas regras de competição da modalidade de tiro indicada pelo adquirente, feita por declaração da entidade nacional de administração do desporto, conforme a Lei nº 9.615, de 1998. A comprovação é feita pela declaração do próprio atirador, conforme o [anexo E da Portaria nº 136 – 08 de novembro de 2019](#).
4. Para as armas de fogo de uso restrito não-portáteis ou portáteis semi-automáticas é necessário demonstrar que a data de projeto do modelo

original tenha mais de trinta anos, nos termos do item 2, alínea “b” do Inciso I do Art 45, do Decreto nº 10.030, de 2019.

5. A autorização para a aquisição de arma de fogo terá validade de cento e oitenta dias.
6. As tratativas da compra, o envio da autorização para aquisição de arma de fogo e acessórios para arma ao fornecedor e a emissão da nota fiscal devem ser realizadas diretamente entre o adquirente e o fornecedor.

Dúvidas e esclarecimentos:

Seção de Relações Institucionais (SRI)

Email: faleconosco@dfpc.eb.mil.br

Tel: (61) 3415-6230